

28 OUT 1987 Real JÚnior, de Paris.

Balanço dos lucros e perdas da moratória, oito meses depois.

Quase oito meses após ter sido decretada pelo governo brasileiro, a moratória no pagamento dos juros da dívida externa ainda divide opiniões, como ficou demonstrado no debate promovido ontem pela Ordem dos Economistas de São Paulo, durante a apresentação de sua Carta de Conjuntura. O debate reuniu os economistas Paulo Nogueira Batista Jr., da FGV-Rio, Paul Singer e Denisard Alves, da USP, e o jornalista Robert Appy editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Um dos idealizadores da moratória, como instrumento de renegociação da dívida, quando assessor de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, Paulo Nogueira Batista Jr. entende que sob o aspecto de recomposição de divisas, a moratória só não alcançou os objetivos esperados porque ficou restrita aos juros de médio e longo prazos devidos aos bancos privados. Disse que se a moratória abrangesse todos os credores, a situação das reservas seria hoje mais favorável.

"Só em juros e principal pagos ao Clube de Paris e ao Banco Mundial o Brasil compromete este ano cerca de US\$ 2 bilhões. Temos hoje em reservas US\$ 4,3 bilhões, praticamente a mesma quantia de dezembro de 1986. É um volume tímido, se considerados os excelentes superávits dos últimos três meses na balança comercial", disse Nogueira Batista.

Sobre os prejuízos causados ao Brasil pela suspensão de novas linhas de crédito, aumento nos *spreads* e adiamento de empréstimos anteriormente acertados com o Banco Mundial, disse que mesmo assim a moratória foi positiva, na medida em que possibilitou ao Brasil, segundo seus cálculos, um ganho líquido de US\$ 2,8 bilhões.

O professor Denisard Alves entende que possíveis benefícios ou prejuízos da moratória dificilmente poderão ser avaliados, já que o Brasil não conta com uma estratégia de desenvolvimento, sustentado na moratória ou não. Disse que o País vive um dilema crucial, com ou sem moratória, determinado pela necessidade de remodelação de seu parque industrial, fundamental ao crescimento econômico. Isso determina, por sua vez, a capacidade ou não de o Brasil pagar sua dívida.

"A moratória trouxe somente desvantagens para o Brasil", garante o jornalista Robert Appy. Segundo ele, as transferências reais de recursos para o Exterior aumentaram em valores absolutos (US\$ 7,5 bilhões em 87 contra US\$ 6,2 bilhões no ano passado) e em relação ao PIB (2,8% em 87 contra 2,3% em 86). "As nossas relações com o Banco Mundial e o BID acusaram pela primeira vez saldo negativo, enquanto aumentaram as remessas de lucros, dividendos e os repatriamentos".

Apesar da moratória, Appy reconhece haver hoje, por arte dos credores, maior flexibilidade nas propostas de renegociação da dívida. Para Nogueira Batista, isso significa que a moratória, enquanto instrumento de negociação, está funcionando. "A inadequação dos esquemas convencionais de tratamento do problema da dívida é hoje cada vez mais reconhecida, até mesmo nos países credores. A suspensão do pagamento de juros pelo Brasil contribuiu de forma decisiva para consolidar a idéia de que será necessário abrir novos caminhos para a negociação", disse o ex-assessor do ex-ministro Dílson Funaro.

Nogueira Batista é um entusiasta da proposta de transformação da dívida em títulos de longo prazo. Ele apresentou ontem o primeiro esboço de um projeto feito em cima da chamada securitização. Estabelecendo como condição básica que a dívida a ser afetada envolva os US\$ 64,7 bilhões referentes a compromissos de médio e longo prazos com os bancos comerciais, e US\$ 13,3 bilhões com o Clube de Paris, Nogueira Batista propõe juros fixos a serem cobrados pelos novos títulos de 5% ao ano, com pagamentos semestrais no prazo de 20 anos. Propõe ainda oferecer como garantia de pagamento a criação de um fundo de amortização a ser formado com depósitos semestrais equivalentes a 0,5% da dívida nova nos cinco primeiros anos, 1,5% nos dez anos seguintes e 2,5% nos últimos cinco anos. O processo, segundo o economista, seria feito em cinco etapas, começando em 31/12/87 e terminando em 31/12/89. Segundo seus cálculos, a dívida líquida cairia de US\$ 105,7 bilhões para US\$ 67 bilhões em 1992.